

TRABALHO DOCENTE NEOLIBERAL E ADOECIMENTO MENTAL SOB O ENFOQUE DA GEOGRAFIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Neoliberal teaching work and mental illness from the perspective of the geography of worker health

John Carlos Alves Ribeiro

Universidade Federal de Goiás - UFG
john.ribeiro@ifg.edu.br

Renata Dias Dutra

Universidade Federal de Goiás - UFG
renatadiasdutra28@gmail.com

Ana Carolina de Oliveira Marques

Universidade Federal da Paraíba - UFPB
anacarolina@ccen.ufpb.br

Resumo: Esse artigo, elaborado em forma de ensaio teórico, tem por objetivo aprofundar as leituras e consolidar a fundamentação teórica da pesquisa de doutorado em andamento sobre mesmo tema. Para isso o texto foi dividido em cinco sessões, além da introdução. São apresentadas premissas e pressupostos que norteiam as reflexões aqui expostas. São apresentados autores que embasam o método de análise, a partir do delineamento da visão de mundo constituída, ou seja, uma visão de base materialista histórica e dialética que busque dar conta dos impactos das transformações sociais mais amplas nas existências e singularidades que constituem a subjetividade humana. Dialogou-se, portanto, com autores de base marxista em aproximação com o existencialismo sartreano; fez-se leituras filosóficas e geográficas sobre o modo de produção capitalista; estudos sobre psicanálise de base marxista, psicodinâmica e psicopatologia do trabalho; e psicologia social crítica voltada à saúde do trabalhador. Todas essas leituras emaranhadas em um texto que visa dar conta da discussão central da pesquisa em andamento: o adoecimento mental de trabalhadores docentes e as mudanças do espaço escolar em suas múltiplas dimensões, mudanças essas em razão das transformações impostas pelo modo de produção capitalista de nossos tempos. Sem pretensões de encerrar questões, ao contrário, mas de ampliar o debate, apresenta-se um olhar possível para o problema do adoecimento mental de trabalhadores docentes pela via da geografia da saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Trabalho docente. Adoecimento mental. Educação neoliberal. Saúde do trabalhador.

Abstract: This article, prepared in the form of a theoretical essay, aims to deepen the readings and consolidate the theoretical foundation of the doctoral research in progress on the same topic. For this purpose, the text was divided into five sections, in addition to the introduction. Premises and assumptions are presented that guide the reflections presented here. Authors are presented who support the method of analysis, based on the outline of the constituted worldview, that is, a vision with a historical and dialectical materialist basis that seeks to account for the impacts of broader social transformations on the existences and singularities that constitute subjectivity human. Therefore, there was a dialogue with authors with a Marxist base in rapprochement with Sartrean existentialism; philosophical and geographical readings were made on the capitalist mode of production; studies on Marxist-based psychoanalysis, psychodynamics and work psychopathology; and critical social psychology focused on worker health. All these readings entangled in a text that aims to address the central discussion of the ongoing research: the mental illness of teaching workers and the changes in the school space in its multiple dimensions, changes due to the transformations imposed by the capitalist mode of production in our country. times. Without intending to close issues, on the contrary, but to broaden the debate, a possible look at the problem of mental illness among teaching workers is presented through the geography of worker health.

Keywords: Teaching work. Mental illness. Neoliberal education. Worker's health.

INTRODUÇÃO

Maria do Socorro é professora há quase trinta anos e viveu muita coisa dentro da escola. Às vezes lembra com certo saudosismo de ser mais respeitada na escola, de uma forma de admiração, em um tempo em que ela apenas se preocupava em preparar suas aulas e ensinar. Maria está hoje afastada da sala de aula, após forte crise de ansiedade e pânico. Em readaptação, atua como atendente na biblioteca da escola e, apesar do saudosismo, não consegue se imaginar voltando às aulas. Se sente mal só de pensar.

João Carlos é jovem, no auge de seus vinte e oito anos e acaba de completar cinco anos de sala de aula. Contudo, apesar da pouca idade, João se diz sempre esgotado. Trabalha em duas escolas, cumpre carga horária máxima e tem tentado fazer uma pós-graduação, mas, por vezes, pensa em mudar de ramo. João se sente mal sempre que pensa na escola e, logo ao acordar, enfrenta com muita dificuldade os minutos que leva para se arrumar, sempre com uma ideia à cabeça: - Tenho mesmo que ir hoje?

Temos aqui dois casos fictícios de trabalhadores em situações de adoecimento mental. Maria do Socorro desenvolveu ansiedade e crises de pânico. João Carlos está caminhando para uma síndrome de burnout. Maria claramente já tem consciência de seu problema e, provavelmente, já se encontra em algum tipo de tratamento. Pelo relatado é possível que João sequer saiba de sua condição, o que inviabiliza a busca por ajuda para enfrentar seu quadro de sofrimento/adoecimento. Absenteísmo, readaptações, aposentadorias antecipadas, subnotificações, busca por terapias, etc. etc.. São muitos os componentes dessa realidade. Ambos, Maria do Socorro e João Carlos¹, são exemplos dos mais comuns na escola contemporânea, escola esta que tem sido cada vez mais impactada pelas mudanças recentes de funcionamento da sociedade, dadas pelas transformações do modo de produção capitalista.

O capitalismo sofreu diversas transformações desde sua origem. Hoje, fala-se em regime de acumulação flexível, ou regime de acumulação por espoliação, para se caracterizar o modelo de acumulação atual, frente aos anteriores (Harvey, 2004, 2013). Fala-se também, como aprofundaremos adiante, na consolidação de uma nova racionalidade do mundo, que constitui a sociedade neoliberal (Dardot e Laval, 2016). Para discutir os impactos de tais mudanças na

¹ Maria do Socorro e João Carlos são personagens fictícios. Usei os nomes de meus pais tanto por serem nomes bastante comuns, como por representarem a luta de trabalhadores pelo sustento familiar e pela garantia do futuro de seus filhos.

saúde mental dos trabalhadores docentes, com o suporte da ciência geográfica, foram elaboradas algumas linhas de raciocínio.

Primeiramente, vamos adicionar ao debate o conceito marxista de trabalho, especialmente como o é tratado em “O Capital” e nos “Manuscritos econômico-filosóficos”. Tais leituras nos permitiram tratar o trabalho como componente fundamental da vida humana, com marcas significativas do modo de produção ao qual está vinculado, ou seja, o trabalho capitalista carrega a racionalidade do seu modo de produção, conforme cada fase uma de suas fases.

Conseqüentemente, trataremos a escola nas dimensões da espacialidade, ou seja, enquanto espaço escolar e, portanto, enquanto lugar, território e ambiente de trabalho do docente. A escola, vista em suas múltiplas escalas e dimensões, pelas quais se materializam as práticas sociais e espaciais dos professores enquanto trabalhadores docentes, será tratada como o palco principal trabalho docente. Vista, portanto, enquanto realidade concreta, experimentada por trabalhadores de um tempo, a década de vinte do século vinte e um, que compõem uma totalidade, a sociedade capitalista neoliberal.

Além disso, serão discutidas ainda as situações de adoecimento mental mais comuns em nossos tempos e sua reverberação no espaço escolar e na atuação do trabalhador docente. Nesse aspecto, serão consideradas as condições de trabalho, os ritmos, os contextos dos trabalhadores imersos às novas realidades escolares, reconfiguradas por meio de mudanças na legislação e nas políticas públicas educacionais. Trataremos também das formas como os sujeitos trabalhadores docentes, enquanto existência no mundo, no qual se fazem homem (ser humano, indivíduo que pertence a sociedade, que o é enquanto sujeito social) perante a sociedade, por meio de uma aproximação da leitura marxiana com o existencialismo de Sartre.

O objetivo deste texto é, portanto, discutir a relação entre adoecimento mental de trabalhadores docentes em escolas públicas brasileiras, que têm sido impactadas pelas mudanças recentes do metabolismo social do capital, fruto da consolidação do capitalismo neoliberal e seus novos regimes de exploração. Serão analisados os elementos principais das mudanças legislativas que modificam as relações sociais e de trabalho na escola, impondo aos professores, enquanto trabalhadores docentes, um conjunto de novas práticas sociais e espaciais. Serão debatidos como o espaço escolar é transformado por essa nova racionalidade e como isso pode chegar aos trabalhadores docentes nas dimensões do lugar, do território ou do ambiente.

Para isso nos utilizaremos de leituras realizadas a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, na qual foram escolhidas obras (livros) recentes que atacam as temáticas aqui emaranhadas, na busca por tecer imagens-cenários que nos permitam pensar a respeito do problema central desta pesquisa. Foram usados também artigos encontrados por meio de buscas em repositórios online, como o Google Scholar, delimitados pelos fatores tempo (últimos 5 anos) e relevância (os com maior número de citações).

Espera-se com essa abordagem metodológica, construir um arcabouço teórico suficiente para aprofundar as discussões sobre a relação entre o adoecimento mental de trabalhadores docentes e as mudanças recentes das relações de trabalho (relação capital-trabalho) e do modo de produção capitalista como um todo, especialmente as que têm mudado a escola em suas dimensões espaciais. Dessa forma, espera-se com esse “texto”, contribuir para a compreensão da seguinte questão central: em que medida as condições e a estrutura do trabalho docente da escola pública de Goiânia, em função da gestão do Estado e das mudanças na lógica capital/trabalho, bem como os novos ritmos e estilos de vida, têm contribuído para o surgimento de situações de adoecimento mental de trabalhadores docentes?

Nessa tentativa, partiremos rumo ao objeto deste estudo como quem, após passar dias viajando, se aproxima de casa. Com alguma ansiedade, mas com a calma e a sensação de alívio garantida por cada quilômetro a mais percorrido. A cada texto lido e adicionado a esse emaranhado-texto, tecido com muito cuidado e a partir de muita reflexão, sigamos.

PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Começando com uma afirmação contundente: somos todos trabalho, pois, “não há representação do ser ou devir ontológico que não tenha o trabalho como essência material de causação da vida” (Chaveiro, Vasconcellos, 2018). A partir dela, podemos seguir afirmando, que não há como negar o trabalho como categoria central da vida, pois, segundo os mesmos autores, por meio de uma leitura existencialista sartreana, “pessoas são trabalho não por serem trabalhadoras, são trabalho por serem vida”. Isso nos leva a pensar nas seguintes questões: quais premissas podem sustentar uma discussão sobre a relação entre o adoecimento mental de trabalhadores docentes e a atual configuração das relações capital-trabalho no capitalismo contemporâneo? De quais pressupostos devemos partir?

Sem querer limitar esse debate e/ou dar números finais a essa partida, propomos algumas premissas e pressupostos que entendemos poder contribuir para a elaboração desse

ensaio que propõe discutir a saúde do trabalhador docente no espaço escolar típico do capitalismo contemporâneo.

- Premissa 1 - O trabalho continua sendo categoria central para compreensão da sociedade capitalista, apesar das mudanças recentes no Metabolismo Social do Capital;
- Premissa 2 - Como categoria ontológica da constituição dos sujeitos, o trabalho é parte da constituição da vida contemporânea em suas mais variadas esferas, formas, escalas e dimensões;
- Premissa 3 - Assim sendo, em sua configuração atual, no capitalismo neoliberal, o trabalho e a saúde do trabalhador, precisam ser repensados, passando a ser vistos como direitos humanos fundamentais²;
- Premissa 4 - Se trabalho é constituinte fundamental da vida, ele é constituinte fundamental das condições que levam à melhor saúde ou ao adoecimento, o que ocorre no capitalismo a partir das condições de classe e das dimensões que constituem a subjetividade, ou seja, a partir da experiência humana³.

Essas premissas nos levam aos seguintes pressupostos.

- Pressuposto 1 - Havendo uma nova configuração de sociedade (a neoliberal) e um novo metabolismo social do capital, há também novas relações espaciais a serem compreendidas, o que dá importância à uma leitura do tema trabalho e da saúde do trabalhador a partir da Geografia;
- Pressuposto 2 - Tomando o trabalho como elemento central no capitalismo, como categoria ontológica de constituição da vida no capitalismo neoliberal, cabe a discussão de como essa vida tem se realizado enquanto existência, o que nos remete, a uma busca por contribuir para a consolidação e ampliação do campo de estudos Geografia da saúde do trabalhador.

Para seguir tecendo, agora com base nas premissas apresentadas e buscando sustentar os pressupostos estabelecidos, pretendemos pensar uma geografia da saúde do trabalhador a partir do que já se conhece de uma geografia do trabalho e buscar ir além. A geografia da saúde não será abordada, por haver uma predominância de uso de metodologias e métodos neopositivistas, que fogem ao escopo e ao interesse dessa pesquisa.

² Mas vistos e garantidos de fato, pois apesar de haver algumas garantias legais, elas são sempre discricionárias, podendo ser interpretadas em favor do interesse da classe dominante. Além disso, tem ocorrido um enorme rearranjo legislativo, com as famigeradas reformas estruturais, conduzidas pelo interesse capitalista neoliberal, que atingem em cheio direitos constituídos às custas de muita luta ao longo do século XX. Vivemos o momento de desmonte do que ficou conhecido como Estado de Bem-estar social.

³ Existência aqui tratada à luz do texto “O existencialismo é um humanismo”, de Jean-Paul Sartre.

GEOGRAFIA DO TRABALHO - QUE GEOGRAFIA? DE QUE TRABALHO?

Com Antonio Thomaz Jr. (2002) buscamos aproximação com uma proposta de geografia do trabalho que pensa a realidade tanto na perspectiva do metabolismo homem-meio, quanto da regulação sociedade-espço, feita por meio das categorias de base da geografia⁴, que para o autor são: a paisagem, o território, o lugar e o espaço. Todavia, buscando fazer algo que escape ao raciocínio do autor citado, tarefa esta que só será possível se tais categorias ou conceitos da geografia forem utilizadas levando em consideração as diferentes escalas geográficas, na dimensão do existir, estar no mundo real e concreto. Por esse prisma, faz-se a busca por compreender as relações dos trabalhadores docentes com o espaço escolar, nas suas práticas sociais e espaciais cotidianas, as entendendo enquanto responsáveis pela constituição dos sujeitos (a ação que faz o homem, segundo Sartre), nas suas experiências com as múltiplas escalas ou dimensões da vida cotidiana.

Com Marcelo Mendonça (2004⁵) buscamos nos apropriar dos debates sobre as mudanças no mundo do trabalho que vem acentuando as transformações espaciais e territoriais, enquanto parte do processo de reestruturação produtiva do capital. A esse respeito, concordando com o autor que há sim, impactos importantes na dinâmica interna do trabalho das mais diversas categorias, seja no setor produtivo, ou no setor de serviços, como desdobramento de tais mudanças estruturais, consideramos pertinente o alerta quanto ao distanciamento que essa visão geral da realidade concreta vivida pelos trabalhadores na escola. Vista dessa forma, genericamente, as transformações do mundo do trabalho que afetam a todos, parecem afetá-los da mesma maneira, o que na realidade, não ocorre. Essa visão encobre as diferentes formas em que são afetados os diferentes grupos sociais e culturais, bem como não alcança as especificidades da dimensão subjetiva⁶ mesmo dentro das classes sociais mais afetadas.

Herodes B. Cavalcanti (2020), nos traz a contribuição de que tem ocorrido um aumento da importância da geografia do trabalho, como parte da análise sobre o impacto do desenvolvimento desigual do capital. Em artigo analisando as produções mais recentes desse

⁴ A opção por categoria aqui é de responsabilidade do autor citado, não cabendo a este estudo se enveredar pelo intenso e tenso debate sobre a existência ou não de categorias geográficas.

⁵ Seguem basicamente a mesma linha, trabalhos publicados em co-autoria referenciados ao final. São eles: Santana; Mendonça (2009) e Cruz; Mendonça (2020).

⁶ Subjetividade aqui entendida conforme a descreve Sartre (1970, p. 11-12). Para ele: “Subjetivismo significa, por um lado, escolha do sujeito individual por si próprio e, por outro lado, impossibilidade em que o homem se encontra de transpor os limites da subjetividade humana. É esse segundo significado que constitui o sentido profundo do existencialismo”.

campo de estudo, destaca um aumento do tratamento de temas que relacionam as mudanças do mundo do trabalho ao aumento da desigualdade sistêmica. A esse respeito não há o que questionar, a não ser o que de fato esse aumento pode agregar no processo de compreensão da materialização espacial dos fenômenos resultantes das transformações recentes do mundo do trabalho, dadas pela consolidação do capitalismo neoliberal.

Caberia aqui uma questão: esse aumento da importância da geografia do trabalho apontado por Cavalcanti (2020) realmente se sustenta? O fato de haver mais estudos sobre uma temática específica, aumenta, de fato, a importância de um campo de estudo? Ou será que o que realmente aumenta a força de um campo de estudo é o tamanho e a variedade dos problemas aos quais esse campo se debruça? Tendemos a caminhar por essa última trilha, tanto porque entendemos que as mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas das últimas décadas do modo de produção capitalista, têm nos levado a problemas muito mais complexos (podemos citar aqui o exemplo do aparente⁷ paradoxo do crescimento dos discursos do empreendedorismo e da meritocracia ocorrendo ao mesmo tempo em que se sedimenta, via crise estrutural do capital, uma diminuição do acesso ao emprego e a renda e o aumento da desigualdade social); quanto porque as mudanças recentes na relação capital/trabalho têm nos colocado diante de algo novo, um tipo novo de alienação total, pela qual somos convertidos em gado, em *animais de consumo e dados* (Han, 2022).

Todavia, tais abordagens e contribuições, apesar de apresentarem elementos importantes para a compreensão do tema, ambas se mostram excessivamente genéricas, por se enveredar por um caminho que vê a sociedade como uma abstração, portanto, se caracterizando como um organismo opaco, no qual as contradições são apontadas, porém, quase naturalizadas. A partir de nosso ponto de vista, falta à tais abordagens o elemento humano, da vida cotidiana, o trabalhador que vivencia os processos do metabolismo citado por Thomaz Jr., ou que têm suas vidas impactadas pela reestruturação produtiva do capital, ao terem a permanência de seus empregos ameaçada, ou por vivenciarem pressões jamais vistas por produtividade, eficiência e eficácia, sob um regime de burocratização extremado, com ritmos de trabalho acelerados, porém, sem melhorias de salários e com novas ameaças à permanências nos postos de trabalho/empregos.

⁷ Apenas aparente, pois por meio de uma análise mais aprofundada, o que os marxistas chamariam de uma análise radical, em busca da raiz do problema, pode-se chegar a compreensão de que tais processos estão intimamente interligados. Os discursos servem tanto para encobrir a verdadeira face do mundo do trabalho contemporâneo, quanto para transferir as responsabilidades e os riscos aos próprios trabalhadores. Dardot e Laval (2016) e Han (2018) nos apresentam elementos para melhor compreensão dessa realidade.

Essas abordagens são problemáticas ainda por não alcançarem a dimensão do impacto dessas mudanças na constituição dos sujeitos, ou seja, por não considerarem as mudanças citadas nos arranjos ou configurações do modo de produção capitalista, sob a égide do modelo neoliberal, para a vida das pessoas, sobre sua condição de saúde física e, especialmente, como foco deste estudo, de sua condição de saúde mental.

Outrossim, cabe destacar o fato de que, mesmo apontando as mazelas do capitalismo desde sua origem até os dias atuais, em tom quase denunciante/panfletário, elas pouco contribuem para sua real transformação, especialmente no que se refere à condição de saúde mental dos trabalhadores docentes contemporâneos. E podemos sustentar essa afirmação nas evidências que nos chegam por meio dos discursos que permeiam a escola e que se fazem presentes nela enquanto campo de disputa. A escola hoje é um dos palcos privilegiados da atual configuração da guerra de narrativas, o que se justifica por ser ela um serviço público em vias de transferência à iniciativa privada, com seus grupos empresariais sedentos por mais espaço para atuar nesse mercado⁸.

Alguns a defendem como o espaço da meritocracia, no qual deve ser cultivado o espírito empreendedor, elemento central da ideologia neoliberal, que compõe os discursos sobre a necessidade de “melhorar” a escola, seus resultados e seus “métodos” (usado quase sempre como sinônimo de metodologias de ensino) para garantir o sucesso acadêmico e a melhor inserção possível do estudante no mercado de trabalho e, portanto, alguma mudança de seu status social. Essa visão de escola e de educação se alinha ao discurso da escola empresa, da gestão empresarial da escola, da burocratização dos processos educativos, das necessidades de avaliações padronizadas, para acompanhamento dos resultados, de currículos enxutos, do notório saber, da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, etc. etc. etc.⁹. Tudo isso para a escola pública, claro, pois na escola privada a banda toca diferente.

Defendemos, portanto, uma geografia do trabalho que enxergue o trabalhar tanto como componente de uma classe social, afetada diretamente pelas mudanças do capitalismo, como também enquanto sujeito, ou seja, enquanto ser no mundo, que vive suas experiências enquanto membro de uma determinada classe social, em uma dada configuração de sociedade, mas que as vive conforme suas próprias singularidades, de acordo com a conformação de sua subjetividade. Para isso precisamos avançar no debate quanto às mudanças recentes que o

⁸ O grupo Leman, Todos pela Educação, o Sistema “S”, são alguns exemplos de grupos privados que buscam espaço cada vez maior na educação.

⁹ Ver Freitas (2018) e Laval (2019).

capitalismo impõe à conformação das subjetividades, nas mais diferentes camadas sociais, sob o controle de uma classe dominante cada vez mais restrita e dissimulada, opaca, abstrata.

Para isso, cabe a pergunta: o que, de fato, o capitalismo neoliberal, do regime de acumulação por espoliação de Harvey (2004, 2013), ou o capitalismo da informação de Han (2022), ou do capitalismo predatório que explora nosso olhar e nossa atenção pela superindústria do imaginário de Bucci (2018), gera de mudança no trabalho e na vida do trabalhador? Guiado por essa pergunta, vamos discutir adiante a relação entre essas mudanças, a constituição dos sujeitos contemporâneos e as situações de adoecimento mental.

O NOVO SUJEITO/TRABALHADOR NEOLIBERAL - QUE SUJEITO, QUE TRABALHADOR?

Trabalhamos até aqui com a perspectiva de que a sociedade contemporânea tem assumido novas conformações, que tem afetado os sujeitos de diferentes formas, dentre as quais, tomamos como centralidade as mudanças na relação capital/trabalho. Byung-Chul Han (2022) vai atribuir tais mudanças ao que denomina de capitalismo da informação¹⁰, sob o qual a dominação é ocultada por se fundir ao cotidiano, passando uma falsa sensação de liberdade, de escolha, de pertencimento e de engajamento/participação. O filósofo defende que o capitalismo da informação, ao se apropriar das técnicas de poder neoliberais, não trabalha com coerção ou interdições, mas com estímulos positivos, fazendo o sujeito contemporâneo perceber-se livre, autêntico e criativo, quanto na verdade, ele é apenas um reprodutor performático de modelos produzidos e reproduzidos algoritmicamente pelas telas do que denomina de poder *smart*.

Aproveitando-nos da visão de Han (2022), em aproximação com Bucci (2018) e Dardot e Laval (2019), entendemos que há uma necessidade de se compreender as novas configurações de relações sociais, que modelam as práticas sociais e espaciais de acordo com o que os novos regimes de acumulação exigem. Segundo Bucci, há hoje uma busca constante pela captura e manutenção da atenção, através do que denomina superindústria do imaginário, que fomenta uma busca pela nova mercadoria mais valiosa do capitalismo, o olhar.

Dardot e Laval (2019) contribuem com uma análise de como isso impacta a conformação das subjetividades, por meio do processo que denomina de subjetivação

¹⁰ O autor desenvolve suas teses sobre o capitalismo da informação já no primeiro capítulo do livro “Infocracia - digitalização e a crise da democracia”, ao descrever o que chamou de regime da informação.

neoliberal. Ao forjar o novo sujeito, as relações sociais, bem como suas práticas sociais e espaciais condicionam as formas com que nos relacionamos com o trabalho, o consumo e com os mais variados elementos que compõem nossa vida cotidiana.

Dessa forma, precisamos, partir das visões apresentadas filosoficamente pelos autores, para dar conta da realidade concreta, especialmente, jogando luz sobre os impactos nas relações sociais e espaciais que se materializam através do cenário apresentado. Para alcançar tal feito, se faz necessário retomar a visão de Sartre, de um existencialismo como expressão da realização da vida humana, que se dá dentro do contexto histórico, social, cultural ao qual essa existência se estabelece.

Se o capitalismo de nossos tempos forja o novo sujeito neoliberal, esse novo sujeito forja sua existência e sua subjetividade, por meio de sua ação no mundo, sob a mediação das novas ferramentas de dominação impostas pelo modo de produção capitalista¹¹. Sendo assim, precisamos pensar o que é ser trabalhador (se voltarmos a nossas premissas elementares, de que o trabalho é condição elementar da existência humana no modo de produção capitalista) sob essa nova configuração da produção, realização e distribuição de capital, a qual Harvey (2018) denominada de “Loucura da razão econômica”. O geógrafo britânico destaca que essa fase do capitalismo se destaca por fundir substancialmente valor e antivalor como componentes do próprio movimento do capital.

Eis, a nosso ver, a necessidade de se retomar as discussões sobre o funcionamento mesmo do capitalismo contemporâneo, seja na forma de uma reestruturação produtiva, que dá conta, talvez, de seus aspectos mais objetivos e estruturais, como de um novo metabolismo societal, que dá conta também de elementos fundamentais da materialização da vida humana no planeta. Esse último postulado, visto aqui como posição teórica estabelecida, nos parece mais apropriado para se investigar a relação entre os adoecimentos mentais de trabalhadores docentes em razão das transformações da vida em sociedade, impostas pelo capitalismo neoliberal, nas mais diferentes escalas e dimensões espaciais da vida humana.

POR UMA GEOGRAFIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR: APROXIMAÇÕES E POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES

¹¹ Inclusive as já destacadas por Bucci (2018), Han (2019) e por Dardot e Laval (2016).

Iniciando por um resgate da história da discussão sobre a saúde do trabalhador, nos apoiaremos em Dejours (1980-2015). O autor aponta, à luz da perspectiva da saúde do trabalhador sob o prisma da psicopatologia do trabalho, que ao longo da história as lutas dos trabalhadores mudaram significativamente. O que ele chama de pré-história da saúde do trabalhador - todo o século XIX e início do século XX, até a Primeira Guerra Mundial - teve como foco as lutas pela sobrevivência. O objetivo era acabar com o sofrimento físico dos corpos, reivindicando redução de jornada de trabalho e condições básicas para manutenção da vida pelo trabalho.

Da Primeira Guerra Mundial à 1968 a luta mudou, focada agora na proteção da saúde física, contra os acidentes nos ambientes de trabalho ou adoecimentos em razão do volume e ritmo de trabalho. Se antes a luta era pelo direito de viver apesar e pelo trabalho, agora a luta se dá pelo direito à saúde dos corpos dos trabalhadores. Nesse sentido as reivindicações se davam quanto às melhores condições de trabalho, a garantias de ambientes de trabalho menos insalubres, a leis que garantissem equipamentos de segurança e redução de situação que reconhecidamente - à luz da ciência da época - pudessem levar à doenças (corpos adoecidos).

Para Dejours, desde o final dos anos 1960, sente-se, por todas as partes, uma nova onda, iniciada após 1968, na qual a luta pela saúde dos trabalhadores começa a preocupar-se com a saúde mental dos trabalhadores. Momento este no qual começam a surgir questionamentos como: “o quê, no trabalho, é acusado como fonte específica de nocividade para a vida mental?”

Em suma, as mudanças caminham da seguinte forma: a luta pela sobrevivência condenava a duração excessiva do trabalho; a luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das condições de trabalho; enquanto a luta pela saúde mental aponta como causa do sofrimento mental a organização do trabalho (Dejours, 2015, p. 29). Nesse sentido, cabe destacar o que o autor está denominando de organização do trabalho, ou seja, “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa (na medida em que ele dela deriva), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc.”

Tais apontamentos de Dejours são fundamentais para compreensão da relação das mudanças recentes no mundo do trabalho com o aumento de casos de adoecimento mental de trabalhadores, especialmente, nos espaços escolares/ambientes educacionais. Isso porque a atual organização do trabalho segue a lógica da racionalidade neoliberal, já citada com base em Dardot e Laval (2016). Como nos apresentam Freitas (2018) e Laval (2019), as mudanças de legislação recentes fazem do espaço escolar um ambiente de pressão por produtividade,

eficiência e eficácia. Ambiente no qual os conceitos da gestão empresarial/cultura organizacional típica das empresas do modo de produção capitalista neoliberal, a partir do discurso do mérito, do empreendedorismo e da competitividade extrema, se faz a regra.

Considerando a aproximação das teses da psicopatologia do trabalho de Dejours, com a da subjetivação neoliberal, ou seja, das formas de adoecimento em razão do trabalho, com a constituição do novo sujeito neoliberal, caminhamos para a compreensão de que há hoje, um espaço escolar e um ambiente educacional potencialmente causadores de sofrimento e adoecimento mental de trabalhadores.

As últimas décadas são marcadas pela reestruturação produtiva do capital, pela consolidação de um novo metabolismo societal, pelo qual está-se forjando ano a ano, o novo sujeito capitalista, o sujeito neoliberal. O estranhamento entre o perfil do sujeito produtivo de outrem e o sujeito competitivo, fragmentado, fluido e flexível de hoje está condicionando adoecimentos.

Os espaços produtivos, os territórios apropriados, os lugares vividos, enfim, a materialização espacial desses processos, a partir desse novo metabolismo societal, carregam a insígnia desse momento de gestação/fabricação/forjamento do novo sujeito capitalista, o sujeito neoliberal.

NOTAS DE GEOGRAFIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL

A partir do que já foi colocado, pensar uma geografia da saúde do trabalhador “sob a razão ontológica do ser social que trabalha”, ao nosso ponto de vista, precisará ser feita à luz “das formas e faces do espaço que o regula, ou seja, no seu metabolismo societário”. Ou ainda a partir da materialidade espacial resultante da relação capital/trabalho que produz e reproduz o espaço geográfico, que transforma as paisagens a partir das relações de poder heterônomas e autônomas, que são vivenciadas nas relações com os lugares, na composição dos ambientes.

Vista dessa forma, a Geografia do trabalho e da saúde do trabalhador pautadas pelo metabolismo social do capital precisa dar conta das mudanças recentes no mundo do trabalho, que compõem o que Antunes (2018) denomina de novo metabolismo social do capital ou de metabolismo antissocial do capital (Antunes, 2020), ideia que apesar de excessivamente denunciante e generalizante, nos coloca diante de componente do funcionamento mesmo da sociedade que podem afetar a vida de todos, em suas singularidades. Para o autor, este novo

momento é caracterizado pela “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca - no interesse da autorrealização expansiva do capital” -, o que tem sido o traço mais notável do sistema de capital desde sua origem. Essa subordinação das necessidades humanas transforma o homem, seu olhar, seu desejo, em insumos ou mercadorias à serviço do capital¹².

O trabalho no neoliberalismo é o trabalho típico da sociedade do desempenho ou do cansaço apontada por Han (2019). Para Dardot e Laval (2016) há uma distinção entre o homem moderno/produtivo e o homem neoliberal/competitivo, este último composto fundamentalmente pela busca pelo desempenho e pelo gozo¹³. Entendidos dessa maneira, a relação homem/trabalho tem contribuído para um cenário preocupante, pois, é este mesmo homem que, em razão das frustrações por não se realizar nestes dois aspectos (o desempenho e o gozo), adoce e padece sob a pressão por um desempenho total¹⁴.

Para Dardot e Laval (2016) há hoje uma forma de “cultura da empresa”, que compõe a nova subjetividade em elaboração. Por essa nova racionalidade, a neoliberal, produz-se o sujeito de que se necessita, ou seja, como uma entidade de competição, visando a maximização dos resultados, que se exponha a riscos e que assume as responsabilidades pelos próprios fracassos. E pelo ponto de vista apresentado nesta pesquisa é essa racionalidade que, a nosso ver, em concordância com Antunes (2018, 2020) e com as teses dos autores citados, está por trás dos discursos do empreendedorismo e da meritocracia, da flexibilização do trabalho que levaram à uberização, à pejotização e demais formas de precarização do trabalho.

Cabe destacar aqui que entendemos a precarização enquanto conceito também excessivamente genérico, pois o que é concebido como trabalho precário para um sujeito, pode ser a salvação da lavoura para outro. Isso significa que usar a ideia de precarização coloca no mesmo pacote pessoas em condições de subemprego, pessoas em trabalho informal, em trabalhos plataformizados, à mudanças mais sutis (ou nem tanto) na organização e na intensidade do trabalho no interior das fábricas e dos espaços de prestação de serviços, tal como a escola.

Esse alerta se faz necessário para dizer que, a nosso ver, a precarização do trabalho docente, a qual estamos especialmente interessados, diz especialmente do impacto negativo da

¹² Essa última sentença ganha sentido a partir do uso das teses de Eugênio Bucci (2018) e Byung-Chul Han (2019, 2022).

¹³ E os autores destacam que a competição aparece em ambos os aspectos, tanto na busca incessante por desempenho como por gozo.

¹⁴ Esse debate se faz presente nas duas obras citadas (Han, 2019; e Dardot e Laval, 2016), com certo grau de aproximação entre as abordagens.

intensificação do trabalho dada pelas mudanças legislativas e de políticas públicas que impuseram ao professor um outro nível de competição e de cobrança por desempenho no espaço escolar em suas múltiplas escalas e dimensões. Fazer essa diferenciação tem importância para especificarmos os tipos de mudanças que podem ser classificadas como resultado dessa precarização do trabalho docente, que por sua vez podem fazer parte das situações de adoecimento mental de trabalhadores.

Podemos citar aqui a adoção do modelo de gestão gerencialista empresarial nas escolas, com incentivo ao desempenho total, a partir do discurso do mérito, compõe esse cenário de precarização do trabalho docente¹⁵. O professor é incentivado a pegar o máximo possível de aulas; a não faltar, mesmo se acometido por alguma doença; a participar de ações de gestão; lhes são atribuídas mais tarefas burocráticas, com registros e mais registros em sistemas; lhes são imputadas novas responsabilidades, como gestão de aspectos familiares e emocionais dos estudantes; aumento da atribuição máxima de aulas, para o mesmo regime de aula (20h ou 40h); tudo isso usando como “incentivo”, ou como armadilha para a aceitação das novas condições de trabalho, os vários tipos de bônus por cumprimento de metas. Esse último ponto merece um pouco mais de atenção.

Sobre esse sistema de bonificação precisamos ter o máximo de atenção para compreender o quanto ele impacta negativamente a realidade do trabalho docente e como ele se conecta à razão neoliberal delineada por Dardot e Laval (2016). Por meio da Lei nº 17.402, de 06 de setembro de 2011, que institui o Bônus de Estímulo à Regência aos professores em regência de classe e em exercício nas unidades escolares pertencentes à rede estadual de ensino. Por essa lei os professores que mantiverem maior índice de frequência terão direito a maior bônus ao final do ano. Cabe destacar que contam como ausências, inclusive, afastamentos para tratamento de saúde, comprovados via atestado médico. Pela racionalidade posta pela lei, adoecer é quase um crime, passível de redução do acesso a um bônus considerado complemento da remuneração, o que, por óbvio, é desejado por todo trabalhador.

Essa mesma lógica se repete em outras leis, como a de nº 18.953, de 16 de julho de 2015, que institui bônus de incentivo Educacional para o ano de 2015 e de nº 19.427, de 19 de agosto de 2016, com o mesmo teor, para o ano de 2016, cuja mudança substancial é a absorção da perspectiva da frequência presente na lei de 2011 já citada. Como consequência possível, quase provável de tais perspectivas legais, temos a diminuição dos afastamentos mesmo sob

¹⁵ Freitas (2018) e Laval (2019) aprofundam essa discussão e trazem exemplos do Brasil e da França sobre a implantação da educação neoliberal por esses e diversos outros mecanismos, que seguirão sendo estudados.

condições de adoecimento, para que isso não cause qualquer impacto na remuneração possível. Contraditoriamente, os aumentos salariais reais da categoria, quase sempre recompunham os salários apenas a partir da inflação do ano anterior, mal conseguiram fazer o que foi proposto na lei do piso salarial da categoria, aprovada e implementada em 2008¹⁶.

Sendo assim, nas atuais condições, os trabalhadores docentes são incentivados a não se afastarem por nenhuma razão que seja, mesmo por razões de degradação da saúde, comprovadas mediante a apresentação de atestados, para garantir acesso a mais remuneração, que não são alcançadas pelo próprio plano de cargos e salários da categoria. Além disso, são incentivados ainda o cumprimento de metas, para que possam alcançar mais um tipo específico de bônus, esse por resultado, estabelecido por outra lei (LEI Nº 21.184, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021¹⁷). Aqui os docentes são incentivados a bater certas metas, que, de acordo com a própria SEDUC (2021), se referem ao “acesso, permanência e sucesso dos alunos da rede estadual”. Tal bônus teria natureza remuneratória, caráter excepcional e tomaria como referência a avaliação dos resultados das unidades escolares.

Como podemos observar, há um incentivo por cumprimento de metas que não aparecem de maneira clara no texto da lei e que, por sua vez, podem ser estabelecidas por relações que escapam à lógica da boa prestação de serviços públicos, o que nos coloca, inclusive, diante de questionamentos éticos. Pode-se questionar desta o uso de metas para tal finalidade, como quais metas são estabelecidas para cada realidade escolar, visto que estas são pactuadas diretamente com a gestão da rede pública estadual.

Aqui identificamos exemplos claros de ações típicas do estado gerencialista aos moldes neoliberais. Por ações típicas da gestão empresarial, descrita por Dardot e Laval (2016), por Freitas (2018) e por Laval (2019), ou de uma sociedade do desempenho apontada por Han (2019), que se dão no contexto da reestruturação produtiva do capital, do regime de acumulação por espoliação ou de acumulação flexível de Harvey (2018), tudo isso compondo o cenário de precarização do trabalho dado pelo novo metabolismo social do capital de Mészáros (2011,

¹⁶ De acordo com tabela de acompanhamento do SINTEF-GO, caso a lei LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008 fosse cumprida à risca, seguindo os cálculos com base no *Valor Anual Mínimo por Aluno*, estabelecidos pelo antigo Fundo da Educação Básica Nacional - FUNDEB, os salários da rede pública estadual deveriam atingir o valor de, no mínimo, R\$4.019,02 para classe A, podendo atingir R\$4.503,49, para classe G, isso para o quadro transitório. Para o quadro permanente os valores poderiam alcançar o mínimo de R\$5.377,28, para classe A e R\$6.055,67, para a classe G. Porém, o valor real atingiu apenas R\$3.845,63, para o quadro temporário, independentemente da classe; e R\$4.446,16 para classe A, podendo atingir R\$5.007,08, para os docentes classe G. vide página: <https://sintego.org.br/>.

¹⁷ A LEI Nº 21.184, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021 autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, a implementação de Bônus por Resultado.

2020) e Antunes (2018). Percebe-se que há um incentivo notório à competitividade e à busca por resultados numéricos, que, por vezes, maquiavam contradições presentes na realidade escolar e podem contribuir para situações de sofrimento ou adoecimento mental de trabalhadores docentes.

Há, portanto, uma relação entre as situações de sofrimento e adoecimento mental de trabalhadores docentes vivenciadas atualmente no espaço escolar? Em que medida tais mudanças legislativas, somadas as mudanças no contexto legislativo e de políticas públicas educacionais federais podem estão contribuindo para o adoecimento mental de trabalhadores docentes? E de que maneiras esses professores, enquanto sujeitos que se tornam trabalhadores docentes, que assim se constituem enquanto existência, frente à tal realidade concreta, frente a todas as suas contradições, têm suas subjetividades impactadas? Em quais escalas e dimensões espaciais (enquanto lugar, território ou ambiente) esses sujeitos sentem tais mudanças e como reagem a elas? Enfim, são muitas as questões ainda por refletir e buscar possíveis respostas.

Para que isso seja possível, seguiremos os estudos nos apropriando de conhecimentos oriundos da psicologia ou psicopatologia do trabalho; da psicanálise de base marxista; e da psicologia social do trabalho. Por esses campos, pretendemos estreitar uma aproximação entre a geografia do trabalho e a saúde do trabalhador. Dessa forma, buscaremos contribuir para a consolidação e aprofundamento do campo de estudos geografia da saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coimbra-Portugal: Edições Almedina, 2013.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. (Org.) **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0** [recursos eletrônicos]. - 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

BACCIN, E. V.; SHIROMA, E. O. **A intensificação e precarização do trabalho docente nos institutos federais**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 129-150, set./dez. 2016.

BRASIL, **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, Câmara Federal dos Deputados, 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11738-16-julho-2008-578202-norma-2008-pl.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

BUCCI, E. **A superindústria do imaginário**: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

CAVALCANTI, H. B. **O surgimento e a importância da Geografia do trabalho**. Revista Pegada – vol. 21, n.2. Maio-Agosto/2020

CHAVEIRO, Eguimar Felício; VASCONCELOS, Luiz Carlos Fadel de. (Org.). **Uma ponte ao mundo** - cartografias existenciais da pessoa com deficiência e o trabalho. Goiânia: Kelps, 2018.

CRUZ, R. C. da; MENDONÇA, M. R. **Os sujeitos do trabalho e a expropriação de direitos constitucionais no século XXI**. Pegada (UNESP. Impresso), v. 21, p. 149-169, 2020

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOIÁS, **Lei nº 21.184, de 30 de novembro de 2021**. Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, o Bônus por Resultado, exclusivamente nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/104657/pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, **Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, das autarquias e fundações públicas estaduais, e dá outras providências. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2020. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100979/lei-20756. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, **Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001**. Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2001. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/81526/lei-13909. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, **Decreto nº 9.997, de 8 de dezembro de 2021**. Implanta o adicional de que trata o art. 5º da Lei nº 21.184, de 30 de novembro de 2021, ao Bônus por Resultado. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2021. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/104679/decreto-9997. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, **Lei nº 17.402, de 06 de setembro de 2011**. Institui o Bônus de Estímulo à Regência aos professores em regência de classe e em exercício nas unidades escolares pertencentes à rede estadual de ensino e dá outras providências. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2011. Disponível em:

https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/89395/lei-17402. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, Lei nº 18.953, de 16 de julho de 2015. Institui, para o ano de 2015, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual e dá outras providências. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2015. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/93352/lei-18953. Acesso em: 04 out. 2023.

GOIÁS, Lei nº 19.427, de 19 de agosto de 2016. Institui, para o ano de 2016, o Bônus de Incentivo Educacional aos profissionais da educação pública estadual e dá outras providências. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 2016. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/98743/lei-19427. Acesso em: 04 out. 2023.

Harvey, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2019.

_____. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis, Rj: Vozes, 2022.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENDONÇA, M. R.; THOMAZ JUNIOR, A. **A modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho**. Investigaciones Geográficas. Instituto de Geografía. Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México - México, v. 55, p. 97-121, 2004.

MENDONÇA, M. R. **A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho**. Pegada (UNESP), v. v.1, p. 1-17, 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/789>. Acesso em: 04 out. 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. [recurso eletrônico] São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A crise estrutural do capital**. [recurso eletrônico] São Paulo: Boitempo, 2020.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian. (Orgs.) **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. [livro eletrônico] Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. (Orgs.) **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. [livro eletrônico] Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTANA, A. T.; MENDONÇA, M. R. **Geografia e trabalho: uma leitura a partir das transformações territoriais**. Pegada (UNESP. Impresso), v. 10, p. 1-13, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **O Existencialismo é um Humanismo**. Tradutora: Rita Correia Guedes. Fonte: L'Existentialisme est un Humanisme. Les Éditions Nagel, Paris, 1970.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

_____. **Ambientes**. Conceitos fundamentais da geografia. GEOgraphia, Niterói-RJ - vol: 24, n. 53, 2022.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho!** (reflexões preliminares). Scripta Nova (Barcelona), Barcelona, v. 6, p. 2-21, 2002.

SOBRE AS AUTORAS E O AUTOR

JOHN CARLOS ALVES RIBEIRO

Graduado (2006) e Mestre (2009) pelo IESA-UFG e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO, da Universidade Federal de Jataí - UFJ, com projeto intitulado: "O adoecimento mental de trabalhadores docentes em Goiânia - 2018-2021: um olhar geográfico pela via da saúde do trabalhador? Professor da educação básica desde 2003, atuando em escolas públicas estaduais (SEDUC-Goiás) e municipais (RME-Goiânia) e escolas particulares e conveniadas. Também atuou no ensino superior, na Universidade Estadual de Goiás (UEG-UnU Minaçu-GO). Pesquisou "Da violência urbana no espaço escolar: cotidianos de escolas públicas de Goiânia-GO" (Mestrado) e hoje dedica-se ao estudo das atuais transformações sofridas pelo urbano contemporâneo; as transformações do papel da escola e da educação na sociedade brasileira; e os impactos das políticas neoliberais nos ambientes escolares e na saúde do trabalhador docente. Atualmente é Prof. Efetivo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no Instituto Federal de Goiás - Campus Goiânia Oeste (IFG) e membro do Grupo de Estudos Espaço, Sujeito e Existência - Dona Alzira, do IESA-UFG. <http://lattes.cnpq.br/6669504452445888>

RENATA DIAS DUTRA

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Instituto de Estudos socioambientais (IESA) Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG) - Instituto de Estudos socioambientais (IESA) Especialista em Educação de jovens e adultos pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Licenciada em Geografia plena, pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Licenciada em Pedagogia. <http://lattes.cnpq.br/7985298908516308>

ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES

Doutora em Geografia (UFG). Docente no Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Estadual de Goiás (PPGEO/Campus Cora Coralina). Secretária da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE). Coordenadora do Núcleo PIBID Geografia/UFPB. Ex diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB - Seção Goiânia). Pesquisadora do grupo "Espaço, Sujeito e Existência" (CNPq/UFG). Colunista do blog Multiplicadores de Vigilância em Saúde do Trabalhador (FIOCRUZ/RJ). Áreas de interesse: cartografias existenciais; cartografia escolar; militarização da educação; Geografia da Educação; educação geográfica. <http://lattes.cnpq.br/0307241378042814>